

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

ELEMENTOS PARA UM BALANÇO DOS GOVERNOS LULA E DILMA

FÁBIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA¹

As políticas de igualdade racial observaram um incremento único na história da república brasileira com a criação da Seppir em 2003. Houve inegáveis avanços no período, como as cotas nas universidades, o programa Brasil Quilombola e o programa Juventude Viva. Este balanço seria parcial e insuficiente se não levarmos em conta os efeitos das políticas sociais de inclusão. Contudo, as estruturas seculares de racialização da pobreza – as políticas de segurança, de encarceramento em massa e de extermínio da juventude negra – continuaram intactas

Este artigo analisa o período que correspondeu à criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), pelo presidente Lula, em 2003, até sua extinção, pela presidente Dilma Rousseff, em 2015. Nesse período, o órgão perdeu o status de Ministério, vinculado à Presidência da República, e tornou-se uma secretaria do Ministério de Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial. A mudança patrocinada pela presidenta se deu no bojo da crise que levaria ao golpe.

A criação da Seppir², e o conjunto de medidas ligadas a ela, foram, em meu ponto de vista, uma malograda tentativa de reforma estrutural do Estado para além da *colonialidade do poder*³ manifesta no desenho institucional do Estado brasileiro. Entendo a Seppir como um esforço de descolonização que não foi adiante, tanto pelas opções políticas dos governos petistas como pela mudança da correlação de forças e o fortalecimento de uma direita conservadora. Não podemos fazer tal balanço sem lançar mão

¹ Professor de Sociologia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Autor de *Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência* (Salvador, Eduneb, 2016).

² É importante destacar, anterior ao surgimento da Seppir, o Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da População Negra criado em 1995 por Fernando Henrique Cardoso. Vale destacar também o papel das assessorias especiais e coordenadorias do negro presente em âmbito municipal e estadual.

³ Aníbal Quijano, “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, em Edgardo Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires, Clacso, Colección Sur Sur, 2005), p. 118-142.

de alguns indicadores que possam correlacionar os impactos das políticas públicas da Secretaria e as políticas de incremento da renda e do consumo que caracterizaram pelo menos as duas gestões de Lula (2003-2010) para a população negra, no que diz respeito ao acesso à renda, educação e cultura.

Em termos institucionais, a Seppir foi a mais importante e duradoura experiência política de combate ao racismo por parte do Estado brasileiro. Nesse período, se construíram decretos, políticas públicas, conferências, um Estatuto da Igualdade Racial e até mesmo um Sistema Nacional de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Por sua vez, os índices de violência contra a juventude e o encarceramento em massa só fizeram subir entre 2001-2015, o que mostra a força da violência racial (que deve ser pensado como uma das bases de nosso autoritarismo político) na formação social brasileira.

A brevíssima história da Seppir

Em 21 de março de 2003⁴, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia no Palácio da Alvorada, com representações de ministérios e do movimento negro, assinou a lei que criou a Seppir (Medida Provisória n. 111, convertida na Lei n. 10.678). Entre a posse do presidente, em 1º de janeiro daquele ano, e aquela data houve uma ampla mobilização de intelectuais, entidades do movimento negro e da sociedade civil em torno da cúpula do governo petista recém-empossado.

Em 9 de janeiro, o presidente Lula já havia assinado a Lei 10.639/03, que instituiu em caráter obrigatório “o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, reivindicação do movimento negro que remonta a Convenção Nacional do Negro, de 1950. Essa pressão da sociedade civil deu certo.

A Seppir teve como sua primeira ministra Matilde Ribeiro que, além de ativa participação nas lutas do movimento negro e de mulheres, possuía experiência nas administrações do PT de Santo André (à época, laboratório das políticas públicas voltadas às “minorias” dentro do que se convencionara chamar “modo petista de governar”). Era a oportunidade de se ter, em nível federal, reproduzidas de forma ampliada as experiências positivas das gestões locais.

Visitando os relatórios a respeito dos Planos Plurianuais Participativos (PPA) do período entre 2003 e 2011, observa-se que, nos primeiros anos de gestão da Seppir, o programa Brasil Quilombola e as políticas de promoção da igualdade racial ocupavam o centro da pasta. Porém, os esforços em dar vida institucional à Secretaria esbarravam na ambivalência do governo Lula com o tema da promoção da igualdade racial. Em relatório, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao analisar a mensagem presidencial do PPA 2004-2007, concluiu haver “a falta de um compromisso consistente do governo, a resistência da burocracia em tratar do tema, além de frágil papel indutor do órgão de planejamento”⁵.

⁴ Dia internacional de combate ao racismo. Essa data faz referência ao Massacre de Soweto (1976), pelo regime do *apartheid*, na África do Sul.

⁵ Ipea, “Planejamento, orçamento e a promoção da igualdade racial: reflexões sobre os planos plurianuais 2004-2007 e 2008-2011” (Brasília, relatório de pesquisa, 2014), p. 18.

Essa falta de “compromisso consistente do governo” ficou evidente no que diz respeito ao direito dos quilombolas aos seus territórios.

Reação conservadora

Em 20 de novembro de 2003, no mesmo ano que a Seppir foi criada, o presidente Lula assinou o Decreto 4.887/2003 que regulamentava o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas, regulamentando o Artigo 68 das disposições transitórias da Constituição. Essa medida fortalecia a Fundação Palmares⁶ no que diz respeito à titulação e ao reconhecimento das terras quilombolas e normatizava seus procedimentos. O Decreto 4.887/2003 era inegavelmente uma conquista histórica do movimento quilombola.

Não tardaram as reações. Em 2004, o então Partido da Frente Liberal (PFL) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o Decreto e a ação começou a ser julgada em 2012⁷. Por outro lado, os processos de reconhecimento dos territórios quilombolas não avançavam. A própria Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) denunciou em Manifesto que

[...] até junho de 2008, apenas 143 comunidades quilombolas haviam recebido o título de propriedade de seu território. Esse número representa apenas 12% do total de comunidades até agora catalogadas pela Fundação Cultural Palmares e nem 5% da totalidade estimada pelo movimento social, indicando que a atuação governamental ainda está muito aquém do necessário para garantir o direito à terra [...].⁸

Os ânimos dos quilombolas se arrefeceram com a Instrução Normativa (IN) n. 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Advocacia Geral da União (AGU), que suspendia na prática os procedimentos previstos do decreto assinado por Lula em 2003.

A própria Conaq divulgou um novo manifesto em que afirma não entender “como o governo estava tão preocupado e apressado em alterar a IN do Incra” e chamava atenção para o fato do poder público não obstante todos “os argumentos de estar defendendo a manutenção do Decreto 4.887, não impediu a pressão da bancada ruralista para a aprovação dos projetos de lei e da ADIN, que continuam tramitando no Supremo Tribunal Federal, podendo ser votadas a qualquer momento”⁹.

A força da bancada ruralista e suas articulações com o Judiciário já eram evidentes em 2008 a tal ponto do governo Lula recuar em torno de um decreto que

⁶ Órgão vinculado ao Ministério da Cultura, voltado para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira

⁷ Conaq, “Carta aberta” (Brasília, 2015). Disponível em: <fase.org.br/wp-content/uploads/2015/04/carta-aberta-conaq.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

⁸ Conaq, “Carta de repúdio contra os ataques ao povo quilombola” (Brasília, 2008). Disponível em: <site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2775>. Acesso em: 8 fev. 2017.

⁹ Idem.

ele próprio havia criado. Essa situação, por sua vez, colocava o movimento social e, em particular, o movimento negro em uma posição ambivalente entre a adesão e a crítica, mas nunca, em sua esmagadora maioria, em oposição direta ao governo Lula.

A institucionalização das políticas

O processo de institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial seguiu, naquele momento, em mar aberto e arriscado. Matilde Ribeiro, ministra que mais tempo se manteve à frente da pasta, de 21 de março de 2003 a 6 de fevereiro de 2008, teve a difícil tarefa de articular políticas públicas para negros e negras em uma estrutura de Estado secularmente organizada para reproduzir os privilégios de casta e, por sua vez, equilibrando-se em um governo de coalização com partidos de direita, alguns abertamente contra as políticas de ação afirmativa e promoção da igualdade.

A estratégia foi fortalecer e combinar a construção da estrutura institucional da Seppir com a relação com a sociedade civil e as organizações do movimento negro, seguindo a cartilha do “modo petista de governar” que conferiu à esquerda experiências exitosas como a do Orçamento Participativo.

A I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) foi realizada no início de julho de 2005, em Brasília, com a presença de 1.136 delegados e delegadas de todos os estados do país, processo que foi antecedido por etapas estaduais e municipais (mesmo assim, segundo o próprio relatório da I Conapir divulgado dez anos depois, apenas 25% dos municípios realizaram conferências¹⁰). Porém, já no processo de preparação da Conferência, o Movimento Pardo-Mestiço reagiu ao que alegavam ser exclusão desse setor da conferência, protestando em sua etapa amazonense¹¹. Somou-se ao Movimento Pardo-Mestiço – de inegável viés reacionário – o Movimento Negro Socialista (MNS), capitaneado por parcela do PT¹², em sua luta contra as cotas e ações afirmativas num espécie de consenso conservador. A reação do Movimento Pardo-Mestiço e do Movimento Negro Socialista às políticas de ação afirmativa mostrava que esse já não era um debate restrito ao movimento negro e aos círculos acadêmicos e que possuía capacidade de polarização na sociedade em geral.

Em 30 de maio de 2006, um manifesto assinado por intelectuais e artistas – identificados com a direita e a esquerda do espectro político – se colocava contra a aprovação do PL 73/1999 (Lei de Cotas)¹³ e o PL 3.198/2000 (Estatuto da Igualdade

¹⁰ Seppir, “Relatório da I Conferência de Promoção da Igualdade Racial, 2005” (2015). Disponível em: <www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/conapirI.pdf/view>. Acesso em: 8 mar. 2017.

¹¹ A versão do episódio do Movimento Nação Mestiça pode ser lida no link: <www.nacaomestica.org/hemero_060623_060706_noticia_do_amazonas_pt.htm>. Acesso em: 8 fev. 2017.

¹² Para conhecer a posição do Movimento Negro Socialista sobre as cotas raciais acesse o link: <www.marxismo.org.br/content/uma-analise-critica-sobre-a-politica-de-cotas-raciais/>. Acesso em: 8 fev. 2017.

¹³ O Projeto de Lei de Cotas Raciais nas universidades (PLC 180/2008) foi aprovado no Senado em 2012. Em 2014, o Senado aprovou a criação de cotas raciais nos serviços públicos (PLC 29/2014). Ambos os PL foram sancionados pela presidente Dilma no mesmo ano.

Racial). Esse manifesto anticotas gerou reação na comunidade acadêmica, entre artistas e no movimento negro que subscreveram outro manifesto, favorável às cotas e às políticas de ação afirmativa em 6 de junho de 2006¹⁴.

Evidentemente, no terreno da sociedade civil, a balança pendeu para os defensores das cotas. Para o governo Lula, como estratégia de sua legitimidade política, a aprovação de medidas de inclusão da população negra colocava-o no espectro político mais à esquerda e o diferenciava dos governos de direita anteriores.

Porém, o mal-estar com a existência de um ministério voltado à questão racial no Brasil continuava a existir. Em 23 de março de 2007, a ministra Matilde Ribeiro produziu *frisson* nos meios políticos ao afirmar em entrevista a BBC que “não é racismo [um negro] se insurgir contra branco”¹⁵, o que fez com que ela tivesse que se “reposicionar” para desfazer o mal-estar provocado¹⁶. Era nítido – apesar da nova experiência de institucionalização das políticas de ação afirmativa e da pouca autonomia orçamentária da Seppir – que os avanços em termos de políticas de ação afirmativas e de promoção da igualdade racial causavam reações desfavoráveis na classe política e entre as camadas médias (que se viam prejudicadas por medidas como as cotas raciais nas universidades públicas).

Fragilização

A saída de Matilde Ribeiro – motivada pelo escândalo amplamente reverberado pela imprensa em torno do uso indevido dos cartões corporativos – fragilizou politicamente a Seppir. Em termos de evolução histórica, a instrumentalização pela direita conservadora do escândalo do mensalão (2005/2006), dos cartões corporativos (2007) e da operação Lava Jato mostra como a narrativa de que a esquerda aparelhou o Estado conseguiu conquistar corações e mentes e contribuiu – junto com o estelionato eleitoral de 2014 e a crise econômica – para a deflagração do golpe de 2016.

O substituto de Matilde, o ex-deputado federal Edson Santos (PT-RJ) – que se manteve à frente da Seppir entre 20 de fevereiro de 2008 e 31 de março de 2010 – teve como marca a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 1.288/2010), que sofreu profundas modificações na Câmara e no Senado Federal e foi sancionado pelo presidente Lula em 20 de julho de 2010. A aposta era na interlocução com a base parlamentar de apoio do governo para a aprovação do Estatuto, o que levou a modificações profundas no texto original de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS). Houve pressão de partidos da direita e duras críticas de setores do movimento negro. De acordo com

¹⁴ Para acessar a íntegra dos manifestos anti e pró-cotas acesse o link: <www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>. Acesso em: 8 fev. 2016.

¹⁵ Na verdade, o contexto original da frase é: “Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco. Racismo é quando uma maioria econômica, política ou numérica coíbe ou veta direitos de outros. A reação de um negro de não querer conviver com um branco, ou não gostar de um branco, eu acho uma reação natural, embora eu não esteja incitando isso. Não acho que seja uma coisa boa. Mas é natural que aconteça, porque quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou.” A entrevista completa está disponível em: <www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070326_ministramatildedb.shtml>. Acesso em: 8 fev. 2016.

¹⁶ Portal Terra, *Ministra se “reposiciona” e diz que racismo existe*, 28 mar. 2007. Disponível em: <noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1514444-EI7896,00.html>. Acesso em: 7 fev. 2017.

Douglas Belchior, da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), o Estatuto aprovado no Senado num acordo entre o Democratas (DEM) e o PT “enterrou as reivindicações históricas” do povo negro, uma vez que o texto aprovado excluiu as cotas para negros nas universidades, nos partidos e nos serviços públicos; excluiu a garantia do direito a titulação das terras quilombolas; excluiu a defesa e o direito a liberdade de prática das religiões de matriz africanas e não fez referência a necessidade de atenção do Estado ao genocídio cometido pelas polícias que vitimam a juventude negra¹⁷.

Além disso, o conjunto de normas do Estatuto são apenas autorizativos e não obrigatórios, podendo-se ou não cumpri-las sem nenhum tipo de sanção. Porém, é verdade que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em nível federal levou a que se aprovassem estatutos congêneres em âmbito de estados e municípios e contribuiu a institucionalização às políticas de promoção da igualdade racial.

A II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial¹⁸ (BRASIL, II CONAPIR, 2009) foi realizada entre os dias 25 a 28 de junho de 2009.

Ela aprovou um documento rico em propostas para que o Estado brasileiro efetivasse políticas de promoção da igualdade racial que, não obstante a criação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) e do Comitê de Articulação e Monitoramento do plano – parecia cada vez mais longe de se efetivar pelo contínuo esvaziamento orçamentário e/ou institucional.

Em relatório já citado anteriormente, o Ipea constata que “a questão racial também não encontra eco entre as dezenove áreas em que estão organizadas as metas prioritárias para o período 2008-2001”¹⁹, em referência ao Plano Plurianual do período apresentado pela Presidência da República.

De toda sorte, ainda em 2010, ano da aprovação do Estatuto, Lula anunciou a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) com sede em São Francisco do Conde, na Bahia, atendendo uma histórica reivindicação do movimento negro, e à luz de uma política externa focada no multilateralismo sob a orientação progressista de Celso Amorim à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Orçamento

A penúria orçamentária da Seppir se manteve no período em que Dilma Rousseff esteve na Presidência. O Instituto de Estudos Econômicos (INESC), que fez o monitoramento do orçamento da Seppir, afirma em relatório que “a execução do Orçamento da Igualdade Racial nos primeiros dez meses de 2012 revela uma baixíssima

¹⁷ O clima de indignação de setores do movimento negro e a declaração de Douglas Belchior em torno da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial estão refletidos na matéria do site Rede Brasil Atual disponível no link: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2010/06/ativista-critica-alteracoes-no-estatuto-da-igualdade-racial>> Acesso: 08 fev. 2017.

¹⁸ Seppir, “Resoluções da II CONAPIR 25 a 28 de junho de 2009”. Disponível em: <www.seppir.gov.br/portal-antigo/publicacoes/iiconapir.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2017.

¹⁹ Ipea, “Planejamento, orçamento e a promoção da igualdade racial: reflexões sobre os planos plurianuais 2004-2007 e 2008-2011”, cit.

prioridade e falta de comprometimento dos diversos órgãos do Governo Federal com a promoção da igualdade racial”. Ainda, de acordo com o INESC, do total de R\$ 1,9 bilhões de reais previstos no orçamento de 2012 para diversas ações que contemplam a promoção da igualdade racial, apenas R\$ 182 milhões foram executados pelo governo até 31 de outubro, ou seja, apenas 9,44% do total autorizado foi executado até essa data²⁰.

Dessa maneira, a gestão da socióloga Luiza Bairros (entre 20 de fevereiro de 2011 e 31 de março de 2015) enfrentou os mesmos percalços que seus antecessores²¹. Pessoa de confiança da presidente Dilma, Luiza Bairros procurou fortalecer institucionalmente a Seppir através do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e do Sistema de Monitoramento da Política, articulando políticas públicas com outros ministérios e organismos internacionais²².

Em 2014, diante dos relatórios e pesquisas que apontavam o avanço da morte de violenta entre jovens negros das grandes e médias cidades brasileiras e da força do movimento de juventude negra que realizou encontros (I e II Encontro Nacional de Juventude Negra – Enjune – e o Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune) e teve papel ativo nas conferências de promoção da igualdade racial, o Governo Federal lançou o Programa Juventude Viva. Programa que tem como objetivo reunir “ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos”²³.

As marchas do Movimento Negro em Brasília, em 2005, as articulações da juventude negra, a tentativa de unificação das principais entidades do movimento negro em torno do Congresso Nacional de Negras e Negros do Brasil (Conneb) – 2007-2009 – e a I Marcha das Mulheres Negras – 2015 – parecem desmentir, pelo menos em parte, a ideia de que a institucionalização das políticas públicas de promoção da igualdade racial teriam sepultado os movimentos negros autônomos e os apartado definitivamente da sociedade civil.

Em 2 de outubro de 2015, em meio à crise política que levaria ao golpe, a presidente Dilma Rousseff enviou ao Senado a MP 696 que reduz o status de Ministério da Seppir e a torna uma Secretaria do Ministério da Igualdade Racial, Mulheres e Direitos Humanos. A atitude da presidenta foi recebida com protestos do movimento negro²⁴, intelec-

²⁰ Senado Federal, Instituto de Estudos Socioeconômicos, “O orçamento das políticas federais de promoção da igualdade racial e combate ao racismo: baixa prioridade e execução” (Brasília, nota técnica n. 179, 2012). Disponível em: <www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/nota-sobre-racismo/>. Acesso em: 8 fev. 2017.

²¹ Após a gestão de Edson Santos, quem esteve à frente da SEPPIR foi Eloi Ferreira Araújo, de 31 de março de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

²² As linhas gerais do balanço da gestão de Luiza Bairros estão disponíveis no link: <www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2014/12/ministra-luiza-bairros-apresenta-destaques-de-quatro-anos-de-promocao-da-igualdade-racial>. Acesso em: 6 fev. 2017.

²³ Secretaria Nacional da Juventude, “Plano Juventude Viva”. Disponível em: <juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano>. Acesso em: 8 fev. 2017.

²⁴ O Manifesto “Nenhum direito a menos. Democracia se faz com diálogo e participação” foi assinado por dezenas de organizações negras de todo país. A íntegra do documento está disponível em: <www.>

tuais²⁵ e da própria titular da pasta, a pedagoga e ex-reitora da Unilab, Nilma Nilo²⁶. De certa forma, a “morte branca” da Seppir é um momento que mostra com agudeza o desmanche da experiência petista no poder.

Apesar dos esforços dos titulares da Secretaria, o fortalecimento político da direita conservadora e a crise de hegemonia do lulopetismo – em especial a partir do estelionato eleitoral de Dilma em 2014 – contribuiu para o fim da mais avançada tentativa de descolonização do Estado brasileiro. A participação de negras e negros no governo deixava de ter o peso que teve nos dois primeiros mandatos de Lula, algo que qualificaria positivamente o “período de ouro” do lulismo caracterizado pelas políticas de transferência de renda e a melhoria das condições de vida entre os mais pobres.

Política econômica e seus impactos para a população negra

Destarte os avanços das políticas de promoção da igualdade, em especial, da política de cotas e o programa Brasil Quilombola, as dificuldades de institucionalização e a penúria orçamentária da Seppir foram contrabalanceadas pelos efeitos positivos, entre a população negra, das políticas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e o aumento real do salário mínimo.

Marcelo Paixão, economista da UFRJ, através do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser), mostrou uma consistente redução das diferenças entre brancos e não brancos a partir da segunda metade dos anos 1990. De acordo com o economista, com a maior importância do setor de serviços na estrutura produtiva brasileira entre 1995 e 2012, as diferenças de remuneração do trabalho entre brancos e não brancos se reduziram de 111,3% para 73,8%; 2/3 das 16 milhões de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família eram negras e pardas e, em 2012, a taxa de pobreza entre negros e pardos caiu para menos de 10%²⁷.

A partir de 2003, diante da expansão da economia, houve um crescimento da taxa de formalização das relações de trabalho observadas nas pesquisas do Ipea²⁸. Expresso de forma mais aguda quando da sanção da Lei Complementar n. 150 de 1º de junho

marchamundialdasmulheres.org.br/nenhum-direito-a-menos-democracia-se-faz-com-dialogo-e-participacao>. Acesso em: 8 fev. 2017.

²⁵ Destacamos os artigos de Dennis Oliveira (disponível em: <www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/8107/acabar-com-a-seppir-nao-reduz-gastos-e-e-retrocesso-no-combate-ao-racismo>) e de Marcela Johnson (disponível em: <www.geledes.org.br/seppir-pt-o-movimento-negro-e-a-crise/#gs.EMotUY>). Acesso em: 8 fev. 2017.

²⁶ A posição da ex-Ministra Nilma Nilo sobre o golpe de 17 de abril de 2016 e a extinção da SEPPIR estão no disponíveis no link: <www.cut.org.br/noticias/esse-golpe-tem-como-destinatario-principal-as-politicas-sociais-emancipatorias-13fd>. Acesso em: 8 fev. 2017.

²⁷ Marcelo Paixão, “Das relações raciais no Brasil: entre a emergência de um novo tempo e a persistência do modelo autoritário” (LASAFORUM, v. XLVI, n. 2, 2015, p. 15-16). Disponível em: <lasa.international.pitt.edu/forum/files/vol46-issue2/Debates5.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

²⁸ Carlos Henrique L. Corseuill e Miguel N. Foguel, “Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações” (Rio de Janeiro, Ipea, texto para discussão n. 1571, jan. 2011). Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1571.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

de 2015, na gestão da Dilma Rousseff, que estendeu às empregadas domésticas garantias previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e instituiu o Simples Doméstico.

Para termos noção do impacto dessa medida, em fevereiro de 2010, os trabalhadores domésticos representavam 7,6% da população ocupada no total das seis regiões metropolitanas. As mulheres representavam 94,7% dos trabalhadores domésticos em 2003 e 94,5% em 2009. Em 2009, 62% dos trabalhadores domésticos eram pretos e pardos, proporção superior à verificada no conjunto da população ocupada²⁹.

A política de cotas nas universidades públicas, o financiamento do ensino superior privado através do Programa Universidade Para Todos (ProUni), a expansão dos Institutos Federais de Ensino e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) incrementaram as vias de acesso à educação superior de negros e contribuiu para a sensação generalizada pela direita conservadora de que estavam perdendo espaços e privilégios.

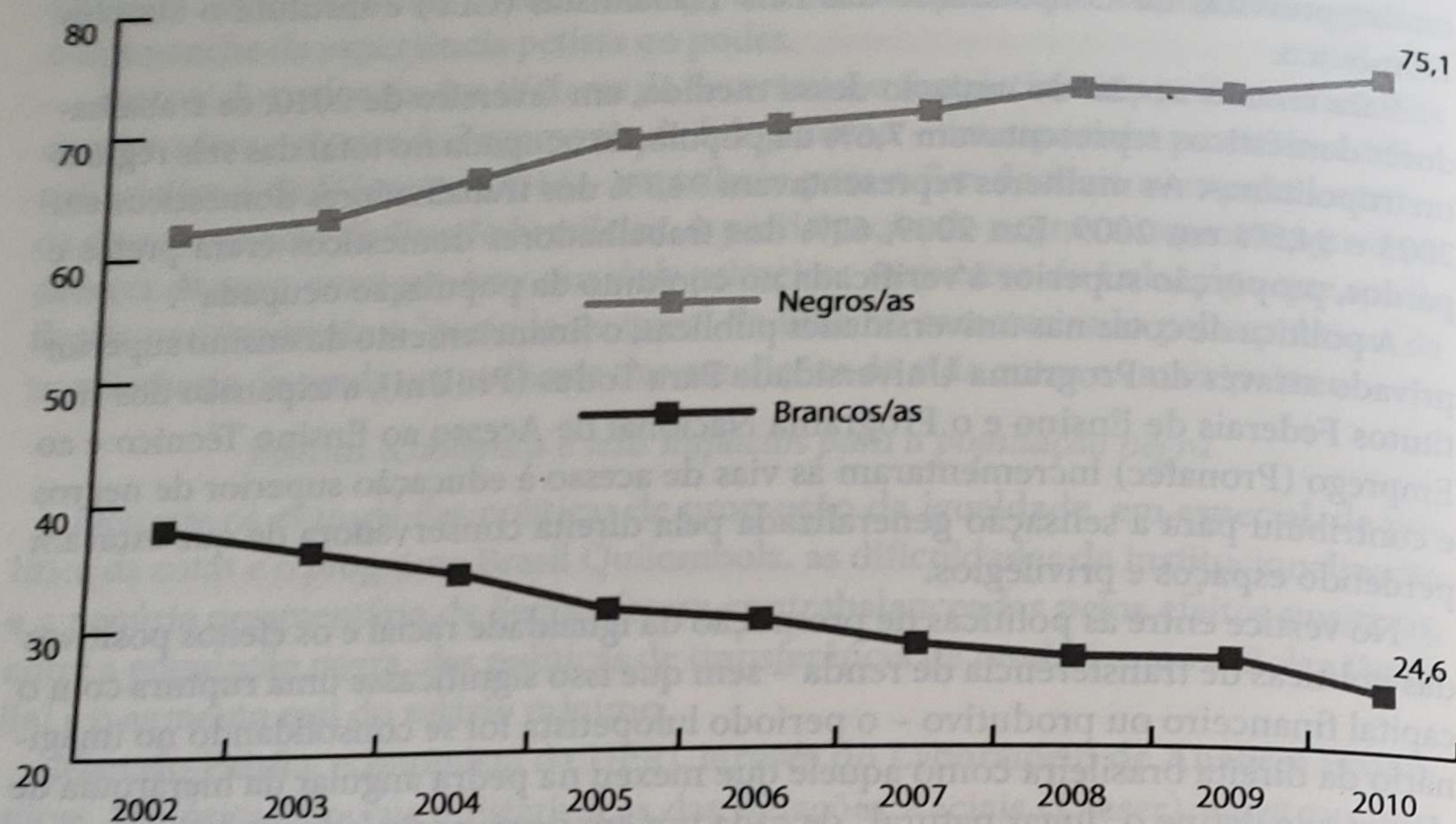
No vértice entre as políticas de promoção da igualdade racial e os efeitos positivos das políticas de transferência de renda – sem que isso significasse uma ruptura com o capital financeiro ou produtivo – o período lulopetista foi se consolidando no imaginário da direita brasileira como aquele que mexeu na pedra angular da hierarquia de classes que define o “lugar natural” de cada um em nossa sociedade: o racismo.

Ao lado desse racismo entendido como ataque aos privilégios de casta – em que herança social se confunde racial – se mantêm intactos os dispositivos da violência racial, institucionalizada na política da guerra às drogas, no extermínio da juventude negra, no encarceramento em massa e na Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/16). O Mapa da Violência, que acompanha desde 2002 o aumento da taxa de mortes violentas entre jovens negros, mostra que, em 2016, chegamos à marca de um jovem negro assassinado a cada 23 minutos. Em termos estatísticos, um jovem negro tem 2,6 vezes chances a mais de ser assassinado que um jovem branco e, em números absolutos, foram mais de 56 mil jovens mortos em 2012. Fenômeno similar ocorre quando comparamos a evolução das taxas de encarceramento. Segundo o Mapa do Encarceramento, compilando dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), os jovens são hoje 54,8% da população carcerária brasileira. Entre 2005 e 2012, existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Enquanto que, em 2005, 58,4% da população carcerária era negra, em 2012 essa proporção chegou a 60,8%. Entre 2005 e 2012 houve um aumento de 74% da população carcerária que passou, em números absolutos, de 296.919 para 515.482. Esses dados colocam que o aumento do encarceramento atinge de forma desproporcional a população negra³⁰. Logo, fica evidente que algo havia de errado no “ciclo de ouro” do lulopetismo.

²⁹ IBGE, “Pesquisa mensal de emprego: algumas das principais características dos Trabalhadores Domésticos vis a vis a População Ocupada” (2015). Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/princ_carac_trab_dom.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

³⁰ Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, “Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil” (Brasília, Presidência da República. Série Juventude Viva, 2015). Disponível em: <juventude.gov.br/jspui/bitstream/192/89/1/SNJ_mapa_encarceramento_2015.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

Evolução na proporção de homicídios da população jovem por cor/raça - Brasil



Fonte: Julio Jacobo Waiselfsz, "Mapa da Violência 2016. Homicídios por arma de fogo no Brasil" (Rio de Janeiro, Flacso, 2016). Disponível em: <www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

Observa-se, talvez com igual intensidade, o recrudescimento das manifestações de intolerância religiosa e o crescimento das bancadas fundamentalistas na Câmara e no Senado. O Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, teve um aumento de 70% do número de denúncias apenas entre 2014 e 2015. Esses dados são pormenorizados no Relatório divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos em 2016. Nele, chama a atenção o aumento do número de agressões físicas contra adeptos das religiões de matriz africana³¹.

Em seu projeto de inclusão pelo consumo, e através de políticas sociais de acesso a bens culturais socialmente valorizados como a educação, o lulopetismo manteve-se nos limites da descolonização dos dispositivos que retroalimentam a violência contra jovens negros e terreiros de candomblé – e deixou de promover, em sentido amplo, os direitos humanos. Isso contribuiu ao fortalecimento de uma forte hegemonia política em que individualismo e meritocracia se colocam agora de mãos dadas com uma agenda conservadora contra negros, mulheres e LGBTT³².

³¹ Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, "Relatório de intolerância e violência religiosa (2011-2015)" (Brasília, Presidência da República. Série Juventude Viva, 2015). Disponível em: <www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cnrdr/pdfs/relatorio-de-intolerancia-e-violencia-religiosa-rivir-2015>. Acesso em: 8 fev.

³² A respeito desse fenômeno na esteira da eleição de Fernando Hollyday, negro, gay e militante do grupo direitista Movimento Brasil Livre (MBL), é obrigatória a leitura do artigo do jornalista Joselício Júnior (Juninho) disponível em: <jornalistaslivres.org/2016/11/meritocracia-e-o-fantastico-mundo-do-hollyday>. Acesso em: 8 fev. 2017.

Conclusão

Tomado em seus diferentes momentos, o balanço das políticas públicas de promoção da igualdade é extremamente paradoxal, e somado às iniciativas dos governos Lula e Dilma no campo da economia, dos direitos sociais e na política de segurança pública formam um mosaico de tendências contraditórias. Essa constatação desmente, por si só, as análises impressionistas que simplesmente condenam ou apoiam de forma acrítica as ações do PT em seus doze anos de governo. As políticas de igualdade racial observaram um incremento único na história da república brasileira com a criação da Seppir em 2003. Apesar de, do ponto de vista institucional, a Secretaria "sobreviver" a duras penas – sob a falta de uma diretriz mais decidida dos governos Lula e Dilma e, de outro lado, sob o ataque da direita conservadora que se articulava como oposição no parlamento, na imprensa, no Judiciário e na sociedade civil –, houve inegáveis avanços, como as cotas nas universidades, o programa Brasil Quilombola e o programa Juventude Viva. Contudo, este balanço seria parcial e insuficiente se não levássemos em conta os efeitos das políticas sociais de inclusão como o Bolsa Família, do aumento real do salário mínimo, da extensão às empregadas domésticas das leis que regem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e do incremento da formalização das relações de trabalho que levaram a uma melhoria dos indicadores sociais entre os negros.

Porém, o ciclo do neodesenvolvimentismo petista não fez frente à secular violência praticada contra os negros e negras moradores da periferia e que se manifestou na militarização da questão racial em torno de ações como a guerra às drogas, a faxina étnica e a sua anuência com os processos de gentrificação das grandes cidades, o encarceramento em massa e o extermínio da juventude negra.

Por um lado, a experiência petista integrava milhares de negras e negros às universidades, ao emprego público e ao consumo, e reconhecia o movimento negro como um sujeito político de direitos em uma democracia infensa às aspirações democráticas dos "de baixo". Os fenômenos dos rolezinhos, em 2014, que repovoaram as mentes das camadas médias e das elites com os fantasmas da rebelião escrava (em uma espécie de "complexo de Casa Grande") já colocavam de forma muito evidente os limites e as potencialidades da "cidadania do consumidor" em que a luta por direitos sociais se traduzia em práticas comportamentais e políticas que receberam por parte da esquerda não mais que perplexidade.

Por outro, as estruturas seculares de racialização da pobreza – e nesse sentido política de segurança, de encarceramento em massa e de extermínio da juventude negra agem de forma articulada – continuaram intactas e reafirmadas através de novos dispositivos como, por exemplo, a Lei Antiterrorismo.

O caráter violento e coercitivo da dominação burguesa ceifa milhares de vidas anualmente no Brasil sem que os que ocupam o "andar de cima" se preocupem. Para isso, o Estado não deve deixar de cumprir seu papel de poder garantidor desse ambiente de "pacificação social" para "os de cima" colocando nas costas dos de baixo – a população negra em geral – o peso secular da violência que caracterizou a formação social brasileira desde o período colonial. Gentrificação, remoções forçadas (como na Copa do Mundo e nas Olimpíadas), política de guerra às drogas e Lei Antiterrorismo

– medidas defendidas pelo PT no poder – parecem reafirmar o princípio da “dialética radical do negro brasileiro”³³: qualquer tentativa de superação do racismo mobiliza contra si o caudal das forças conservadoras de nossa sociedade e do Estado brasileiro. É essa característica basilar da sociedade brasileira o que torna a experiência do PT no poder, no que diz respeito às políticas de igualdade racial, ao mesmo tempo, inovadora, ousada e frustrante.

VI – DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

³³ Clóvis Moura, *Dialética radical do negro brasileiro* (São Paulo, Anita Garibaldi, 2015).